

Ata nº 10

Ao décimo terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas onze horas, nas instalações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, (INSA), sito na Avenida Padre Cruz, em Lisboa, reuniu o Conselho Nacional de Saúde (CNS), criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Aprovação da ata da reunião de 26.06.2019
3. Proposta para os Termos de Referência do Plano Nacional de Saúde 2020-2030
4. Proposta de participação do CNS nas comemorações do Dia Mundial de Saúde 2020
5. Ponto da situação do relatório 2019 “Saúde Mental”

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes elementos:

Henrique Barros - Presidente do CNS

Isabel Loureiro - Vice-Presidente do CNS

Maria da Piedade Líbano Monteiro - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger - APSA

José Manuel Boavida - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal - APDP

Joaquina Castelão - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental - FamiliarMente

Sofia Crisóstomo - Grupo de Activistas em Tratamentos - GAT

Vítor Rodrigues - Liga Portuguesa Contra o Cancro

Casimiro Menezes - Movimento de Utentes de Serviços Públicos - MUSP

Bárbara Marques - Ordem dos Biólogos (em representação de Miguel Viveiros)

Ana Maria Fonseca - Ordem dos Enfermeiros

Ema Paulino - Ordem dos Farmacêuticos (em representação de Ana Paula Martins)

Alexandre Lourenço - Ordem dos Médicos (em representação de Miguel Guimarães)

Filipa Carvalho Marques - Ordem dos Médicos Dentistas

Telmo Baptista - Ordem dos Psicólogos

Alfredo Monteiro - Associação Nacional de Municípios Portugueses

Jorge Neves - Associação Nacional de Freguesias (em representação de Pedro Cegonho)

Pedro Pita Barros - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Jorge Conde - Associação Nacional de Freguesias

Luís Carvalho - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Rui San-Bento - Região Autónoma dos Açores

José M. Silva Ornelas - Região Autónoma da Madeira (em representação de Carlos Rodrigues)

Dina Carvalho - Comissão Permanente de Concertação Social

Óscar Gaspar - Comissão Permanente de Concertação Social (em representação de João Almeida Lopes)

Sílvia Rodrigues - Comissão Permanente de Concertação Social (suplente)

Rui San- Bento, da Região Autónoma dos Açores fez-se acompanhar por Carlos Arruda, que irá assumir o lugar de conselheiro do CNS. Sofia Crisóstomo fez-se acompanhar por dois peritos.

Estiveram ainda presentes as peritas Joana Alves e Isa Alves.

O Presidente do CNS deu início à sessão agradecendo a presença dos conselheiros, para uma reunião que não estava prevista no calendário anual.

De seguida, referiu que após as eleições e estabilizada a equipa ministerial, seria necessário pensar nas expectativas do funcionamento do CNS e das suas solicitações. Explicou que sendo um organismo que ainda não acumulou suficiente memória, os processos têm-se desenrolado naturalmente, tendo havido alguma contenção nas solicitações feitas, por se constatar não haver condições logísticas, para as quais seria necessária uma outra estrutura.

Solicitou assim aos conselheiros que pensassem e estruturassem algumas ideias nesse sentido.

De seguida, abordou a participação do CNS nas comemorações do Dia Mundial de Saúde, referindo que incidiria na participação e foco nos adolescentes e jovens e que a Sofia Crisóstomo tinha uma pequena apresentação para fazer.

José Manuel Boavida chamou a atenção para as siglas iguais da Convenção Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Saúde, entendendo que seria uma questão a resolver, uma vez que eram duas estruturas tão atuantes e tão presentes, Óscar Gaspar, a propósito, lembrou que a Convenção Nacional de Saúde tinha a sigla registada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e que parecia que o Conselho Nacional de Saúde não o teria feito.

A propósito, referiu-se a dificuldade de acesso ao sítio na internet do CNS, tendo ficado uma questão em aberto, para confirmar se existia ou não registo.

Sofia Crisóstomo referiu a falta de acesso no INSA para pessoas com mobilidade reduzida.

Joaquina Castelão divulgou o Encontro Nacional de Utentes e Cuidadores de Saúde Mental, em Beja, dia 19 de setembro.

Henrique Barros mencionou que o sítio na internet necessitava de ser reformulado, sendo o local indicado para a divulgação de notícias.

Depois foi aprovada a ata da reunião de 26 de junho, por unanimidade pelos conselheiros presentes nessa reunião.

Relativamente aos Termos de Referência para o Plano Nacional de Saúde 2020/30, o Presidente explicou que se pretendeu integrar todas as propostas e reorganizar com uma estrutura semelhante a um Plano. De acordo com a proposta da Vice-Presidente, achou também que não era de pormenorizar e identificar o conjunto de medidas específicas em *“As metas como síntese da implementação do Programa”*, mas apenas identificar áreas e atividades, entendendo que desequilibrava a estrutura do texto.

Pediu de seguida que os presentes se pronunciassem

De forma geral, o esforço e empenho no trabalho desenvolvido foi elogiado. Algumas análises foram feitas: Sofia Crisóstomo achou que o texto correspondia à compilação e ao que tinha sido falado, Óscar Gaspar, com a ressalva de não ter estado presente na última reunião, considerou o relatório equilibrado e ambicioso, mas colocou algumas questões: relativamente à *“Missão”* entendeu que deveria haver uma menção explícita à questão do acesso, ou uma referência aos termos da Constituição da República Portuguesa; quanto ao *“desafio demográfico”* considerou correto para o momento atual, mas que se poderia ir mais longe e colocar em perspetiva, considerando os indicadores de projeção do INE; quanto à descentralização achou que seria necessária uma reflexão sobre o que tem sido feito e que seria de realçar a componente sobre a prevenção no SNS e ainda que a *“Cobertura Universal em Saúde”*, apenas e só para o SNS, deveria ter uma abertura a entidades do sector privado e social Perguntou ainda se em relação aos *“Aspetos Processuais”*, não seria uma questão ultrapassada, referindo um despacho da DGS de 19 de julho que fazia uma proposta de plano e organismos de elaboração e acompanhamento do Plano

Alguns conselheiros informaram que já tinham sido contactados pela DGS para a Comissão de Acompanhamento do Plano.

O Presidente considerou que o documento era apenas indicativo, refletindo a forma como o CNS considerava que o PNS deveria ser feito e que, ao pretender incluir todas as partes interessadas, não colidia com a DGS, que poderia refazer o Plano que ainda nem estava feito.

Alexandre Lourenço foi da opinião de que não sendo o posicionamento do CNS em relação ao PNS de execução do Plano, tinha uma visão global com prioridades, que para serem estabelecidas teria que haver uma referência ao financiamento, tendo em vista a equidade, a sustentabilidade com um compromisso adequado das políticas intersectoriais e ministeriais, que permitissem que o CNS tivesse uma intervenção para atingir indicadores, com verbas adequadas a determinados programas e que o financiamento era uma prioridade, mas que não havia referência aos recursos no diagnóstico, a que Henrique Barros referiu que era abordado na parte dos recursos, mas que estaria pouco explícito.

Pedro Pita Barros mencionou que em “*Recursos disponíveis e utilização*” dever-se-ia referir utilização e não alocação; definir a ordenação e a forma de encarar as prioridades: desencadeadas todas ao mesmo tempo ou uma de cada vez; relativamente ao financiamento esclareceu que não era apenas para o SNS, pois se tratava de um Plano, que deveria demonstrar mais capacidade de concretizar, com efeito nos preços e nos recursos. Considerou ainda que as referências médias nem sempre são bons indicadores e ainda que era importante o investimento em prevenção, mas que há três décadas que não era referido a que Henrique Barros disse que a ideia seria que o PNS não indicasse só o que poderia fazer, reconhecendo que poderia ser um pouco ambicioso.

José Manuel Boavida observou que falar em participação dos cidadãos na “*Missão*” sem clarificação era um risco, pois aumentava a responsabilidade do cidadão; que não era só a sustentabilidade financeira que estava em causa, mas também os recursos humanos, o equipamento e o sistema; que seria de referir alguns objetivos sustentáveis, em “*Cobertura Universal de Saúde*” e de acrescentar Cobertura Universal de Saúde em tempo adequado e que as despesas das famílias, eram despesas diretas, registando que a média europeia não era a melhor, mas apenas para este grupo; nas “*Desigualdades ou iniquidades em Saúde*” seria de referir desigualdades não justificáveis. Por último comentou que os Planos Nacionais de Saúde nunca são avaliados, que assentam nas mesmas estruturas que os elaboram, tendo a DGS que se cingir a diretrizes do Ministério da Saúde, considerando que a autonomia do CNS deveria estar alocada à Presidência de Conselho de Ministros e ainda que o PNS deveria ser aprovado em Assembleia da República, garantindo mais rigor e questionando como se poderia suscitar essa discussão no órgão competente.

Por sua vez, Luís Carvalho achou que em “*Desafio demográfico*” se poderia perspetivar o futuro emergente em Saúde e que a doença crónica iria alterar a visão do que têm sido os cuidados de saúde, em especial nos cuidados com um familiar dependente e que dentro de poucos anos, a grande maioria das famílias teria um elemento para autocuidados.

Telmo Baptista sublinhou que a definição de objetivos sustentáveis, na área da saúde mental, era dificilmente mensurável, contudo, receava que os fatores determinantes, questão central para a prevenção e a promoção, fossem esquecidos.

Alfredo Monteiro, realçou o contributo inestimável do CNS. Frisou que a questão da Saúde é um direito inalienável, cuja referência deveria estar expressa, além de constar na Lei de Bases da Saúde.

Quanto à municipalização da Saúde esclareceu que não existia um quadro legal, apenas previsto para 2021, o que existia era uma transferência de competências na Saúde, que contemplava apenas a gestão de equipamentos e de recursos em centros e extensões de saúde a que alguns municípios aderiram e que se tratava de um processo em discussão, que se podia considerar que traria ganhos para a pessoas, mas com enormes dificuldades devido às grandes deficiências verificadas a esse nível.

Comentou ainda que as opções e prioridades de financiamento teriam que ser tomadas nos próximos anos, que existiam problemas graves a nível da promoção e grandes falhas no referencial do investimento em Saúde na UE.

Óscar Gaspar salientou que relativamente aos “*recursos disponíveis e sua utilização*”, ter-se-ia de ter em conta as médias e o referencial da OCDE, não se podendo dizer menos do que a Lei de Bases da Saúde, que exigia lei complementar, mas que focava medidas importantes, nomeadamente o estabelecimento de critérios, que era uma medida inovadora da Lei de Bases.

Rui San-Bento realçou que pela primeira vez o PNS era projetado para 10 anos e não para 4 anos, o que permitia apontar medidas a nível da prevenção. Entendeu também que a sua aprovação na Assembleia da República torná-lo-ia um documento estruturante.

Pedro Pita Barros achou que o CNS deveria refletir o que deveria ser a prática da Lei de Bases da Saúde, plurianual e com pontos de referência, observando que criar regras que não eram respeitadas não correspondia aos princípios que o CNS queria ter.

Em Paulino manifestou ser a favor da introdução de objetivos de planeamento sustentável; quanto à alocação de recursos, nomeadamente o financiamento e as forças de trabalho, cuja a importância devia ser reforçada e não diluída, deveriam estar em linha com a Lei de Bases e diferiam da pormenorização de um investimento plurianual.

Alexandre Lourenço referiu ainda que as referências são limitativas e que uma prioridade tem que ter um financiamento acima do mínimo, uma vez que são instrumentos para terem impacto nos indicadores.

Óscar Gaspar lembrou que o relatório de 2017 *“Fluxos financeiros no SNS”* fazia seis recomendações, que se poderiam aproveitar para este documento.

Filipa Marques pronunciou-se acerca da metodologia, entendendo importante referir na nota introdutória o papel do CNS, por ser uma valorização do órgão e porque devia ser ouvido, apesar de ser uma resposta a um pedido da Sra. Ministra da Saúde, posteriormente essa formalização iria conferir outra dignidade ao documento.

O Presidente considerou que o conjunto de reflexões tecido era muito importante, que apesar de tudo o documento abria algum caminho para o que deveria ser feito e que fornecia algumas pistas para o trabalho a desenvolver para o próximo ano.

Solicitando a concordância dos presentes, o Presidente concluiu que iriam efetuar as alterações ao documento, de acordo com as considerações tecidas e entregar o documento no Ministério da Saúde.

A Vice-Presidente, passando às comemorações do DMS para 2020, referiu que tendo sido aprovado em Conselho, se estava a estruturar o projeto, centrado no meio escolar e na participação dos jovens. O documento distribuído era um ponto de partida para análise e discussão.

Para dar início ao debate colocou algumas questões: centrado no meio escolar a partir do 3º ciclo de escolaridade? Até à Universidade? mais abrangente?

E prestou alguns esclarecimentos: Necessidade de avançar com os contactos com as entidades representadas na comissão organizadora na proposta ((MS, DGE, CNE, CNJ e outros); A importância da participação do poder local: municípios e freguesias; a necessidade de que o projeto fosse integrado no planeamento do ano letivo deste ano.

E ainda a nível nacional: a elaboração de uma Agenda da Juventude 20/30 - que seria uma síntese de todos esses debates, uma projeção da reflexão de diferentes contextos, que requeria a colaboração dos conselheiros; a partilha da informação no sítio na internet do CNS; A agregação de informação dos dois relatórios de 2018 *“Gerações Mais Saudáveis: Políticas Públicas de Promoção da Saúde das Crianças e Jovens em Portugal”* e 2019 *“Saúde Mental em Portugal”*

De seguida, Isa Alves sublinhando a importância do envolvimento e colaboração de todos os conselheiros, disse que gostaria que se manifestassem sobre qual o contributo que poderiam dar e o papel de cada parceiro, para posteriormente se saber o que se poderia fazer, reforçando que se tratava de um projeto ambicioso que requeria um esforço conjunto.

Pelo adiantado da hora não foi possível Sofia Crisóstomo fazer a apresentação inicialmente pensada, mas, dando a sua opinião, manifestou-se a favor de uma faixa etária até aos 25 anos, realçando a importância de valorizar o que os jovens queriam e assinalando também problemas da linguagem utilizada, que também podia ser uma barreira.

Referiu ainda que a UNICEF e o programa-quadro comunitário Horizonte 20/20, falavam cada vez mais nos cidadãos e na sua participação e que a Lei 108/2019, de 9 de setembro, já aprovara a Carta para a Participação Pública em Saúde.

Henrique Barros alvitrou que se considerasse o universo etário dos 5 aos 25 anos, argumentando que quanto mais cedo melhor.

Alfredo Monteiro concordando, disse que esta iniciativa tinha que ser já incluída nos projetos educativos e informou que os municípios, através da Associação Nacional dos Municípios e Freguesias tinham competências até ao 1º ciclo, que com a transferência de competências, seriam alargadas até ao secundário em 2020.

Telmo Baptista achou uma ótima ideia, que a sua execução passava por uma parceria com a escola/Ministério, mas que se poderia alargar o âmbito de forma digital, que apesar de algumas complexidades, era muito mais abrangente. Sugeriu fazer-se um pequeno teste piloto e uma posterior estratégia digital.

Isabel Loureiro lembrou que a escola era um foco importante, mas que os municípios poderiam desencadear mais ações noutras organizações.

Ema Paulino considerou também muito importante a estratégia digital, referiu o projeto Geração Saudável, de promoção e educação para a Saúde nas escolas, desenvolvido pela Ordem dos Farmacêuticos e que estaria disponível para participar.

Estabelecido que o que se pretendia fazer não tinha a ver com formação, mas deixar os jovens produzir os conteúdos, foi considerado proveitosa a experiência da Ordem dos Farmacêuticos, no contacto com as escolas, como facilitador, mas também aproveitar um caminho já feito na uniformização da linguagem por todos os parceiros envolvidos.

Sílvia Rodrigues referiu que os politécnicos já têm muito trabalho desenvolvido na faixa dos 25 anos, nomeadamente a Rede de Promoção de Saúde e Bem-Estar no Politécnico, um projeto transversal que teria todo o interesse em difundir.

Isabel Loureiro, de acordo com o universo etário contemplado, achou que os objetivos específicos teriam que ser reformulados e disponibilizada mais e melhor informação, a fim de estimular o debate e a participação, mas que teriam que avançar já em setembro com o lançamento da proposta, ou correr-se-ia o risco de não ser concretizável.

Joaquina Castelão questionou se a pergunta que iriam fazer seria sobre Saúde e Bem-Estar e sugeriu que a opinião das crianças e jovens poderia ser recolhida através de desenhos, vídeos, instagram ... achando que o sítio na internet do CNS serviria de montra desses trabalhos.

José Manuel Boavida alertou para se ter cuidado com a disponibilização de informação limitativa, realçando que o CNS não era o decisor do projeto e do seu desenvolvimento, entendendo que o Grupo de Trabalho constituído desenvolveria a proposta e posteriormente seria definida a representação na Comissão Organizadora e ainda que possivelmente só em outubro é que se poderia avançar com o plano, já com o novo governo.

Alexandre Lourenço achou que não se deveria dar informação, nem apresentar uma metodologia e um programa, mas fazer perguntas para saber o que os jovens querem, algo mais abrangente e aberto, lançando por exemplo um concurso com prémio e que se deveria avançar de imediato.

A Vice-Presidente colocou três questões: se o projeto DMS 2020 era para o ano letivo 1919/20, era para arrancar já, se a faixa etária alvo os 5/25 anos se confirmava e se iriam disponibilizar informação para reflexão ou não. A resposta geral foi afirmativa.

Sílvia Rodrigues acrescentou que apenas seria de fazer uma contextualização e que o GT teria de se debruçar nas questões operacionais da iniciativa.

Henrique Barros, por fim, comunicou que Relatório sobre Saúde Mental estava a ser elaborado. Elementos do GT disseram que os contributos estavam a ser trabalhados e alguns contactos estabelecidos.

Henrique Barros disse ser um Relatório mais descritivo e mais normativo, que abordava o outro lado da vida das pessoas e que todos poderiam colaborar com pequenas coisas, e ainda que a Joana Alves estava a trabalhar os aspetos económicos.

Antes de dar por terminada a reunião, o Presidente informou que estava prevista a apresentação pública para dia 5 de dezembro, que era necessário falarem na agenda do próximo ano, pedindo a todos que refletissem na visão que pretendiam que o Conselho tivesse para ser relevante.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião encerrada, pelas 13h30.